



Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB/DC

Ata da Reunião Extraordinária do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB/DC, realizada no dia 13 de agosto de 2020.

1 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às catorze horas e quinze minutos,
2 deu-se início a Reunião Extraordinária do Conselho do Fundo de Manutenção e
3 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
4 - FUNDEB, através de videoconferência, com validação embasada na Deliberação Nº
5 01/2020, de 02/06/2020, publicada no Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias
6 de número 6856, de 19/06/2020, em sua página 14, secretariada pelo funcionário
7 Jocimar Santos Silva e com os seguintes pontos de pauta: **I - PALAVRA DA**
8 **PRESIDENTE; II - INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA; III - PRESTAÇÃO DE**
9 **CONTAS 1º SEMESTRE DE 2020 (FUNDEB e PNATE); IV - LOA - 2021; V -**
10 **PENDÊNCIAS; VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Estavam presentes seguintes
11 Conselheiros Titulares: Solange Noronha de Souza (representante do Poder Executivo
12 da Secretaria Municipal de Educação/DC), Miriam de França (representante do Poder
13 Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC), Giselle Irene Lima Teixeira do
14 Nascimento (representante do Conselho Municipal de Educação/DC), Suzi Meri de
15 Souza (representante do Sindicato dos Professores de Duque de Caxias/SEPE-DC),
16 Maria da Glória Ferreira dos Santos (representante do segmento de Pais e/ou
17 Responsáveis - APAEP), Sidney Campos Neves (representante do Segmento de Pais
18 e/ou Responsáveis dos Conselhos Escolares Municipais e Associação - APAEP) e
19 Carlos Maurício Franklin Lapa (representante do Sindicato dos Profissionais da
20 Educação de Duque de Caxias - SEPE) e os Conselheiros Suplentes: Éricka Simone
21 Alves de Jesus Silva (representante do Segmento de Pais e/ou Responsáveis dos
22 Conselhos Escolares Municipais e Associação - APAEP), Robson Rodrigues de
23 Carvalho (representante dos Diretores das Escolas Municipais de Duque de Caxias),
24 Alcinéia Maria Elias de Oliveira (representante do Poder Executivo da Secretaria
25 Municipal de Educação/DC), Fernanda da Silva Carvalho (representante do Sindicato
26 dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias - SEPE) e Marivaldo Marques
27 Soares (representante do Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias). A
28 Conselheira Tatiane Chagas Lemos (representante dos Diretores das Escolas

29 Municipais de Duque de Caxias) apresentou justificativa de ausência via aplicativo de
30 mensagens. **I - PALAVRA DA PRESIDENTE** – A Presidente Suzi Meri deu abertura a
31 reunião agradecendo a presença de todos mesmo em meio às adversidades. Em
32 seguida, passou a palavra para a Secretaria Executiva. **2. INFORMES DA**
33 **SECRETARIA EXECUTIVA** - O Secretário Jocimar Santos apresentou os ofícios
34 definidos no para envio na última reunião e os recebidos, por ordem cronológica,
35 conforme descrições: Ofício nº 29/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto
36 de dois mil e vinte) - Assunto: Publicação do Edital de Composição do CACS-FUNDEB
37 2020-2022. Ofício enviado à Ilma. Sra. Secretária de Educação, Profa. Cláudia de
38 Araújo Viana, referente à solicitação de encaminhamento do EDITAL relativo à nova
39 composição do corpo de conselheiros do CACS-FUNDEB à Secretaria Municipal de
40 Governo, para fim de publicação em Boletim Oficial do Município de Duque de Caxias;
41 Ofício nº 30/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil e vinte) -
42 Assunto: Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - Poder Executivo. Ofício
43 enviado à Ilma. Sra. Secretária de Educação, Profa. Cláudia de Araújo Viana, referente
44 à solicitação de que sejam indicados quatro representantes do Poder Executivo (dois
45 titulares e dois suplentes), até o dia 15/09/2020, além do encaminhamento dos
46 respectivos documentos listados no Ofício, para composição do CACS-FUNDEB no
47 biênio 2020-2022; Ofício nº 31/2020/FUNDEB/DC, de de 06/08/2020 (seis de agosto
48 de dois mil e vinte) - Assunto: Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - Diretores
49 das Escolas. Ofício enviado à Ilma. Sra. Secretária de Educação, Profa. Cláudia de
50 Araújo Viana, referente à solicitação de que sejam indicados dois representantes do
51 quadro de Diretores das Escolas Municipais (um titular e um suplente), até o dia
52 15/09/2020, além do encaminhamento dos respectivos documentos listados no Ofício
53 para composição do CACS-FUNDEB no biênio 2020-2022; Ofício nº
54 32/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil e vinte) - Assunto:
55 Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - CME. Ofício enviado à Ilma. Sra.
56 Secretária Executiva do Conselho Municipal de Educação, Profa. Josélia Muzi,
57 referente à solicitação de que sejam indicados dois representantes do Conselho
58 Municipal de Educação (um titular e um suplente), até o dia 15/09/2020, além do
59 encaminhamento dos respectivos documentos listados no Ofício para composição do
60 CACS-FUNDEB no biênio 2020-2022; Ofício nº 33/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020
61 (seis de agosto de dois mil e vinte) - Assunto: Composição do CACS-FUNDEB

62 2020/2022 - Conselho Tutelar - Encaminhado ao Ilmo. Secretário Municipal de
63 Assistência Social e Direitos Humanos, Sr. Marcos Vinicius de Moraes Guimarães,
64 solicitação de que sejam indicados até o dia 15/09/2020 (quinze de setembro de dois
65 mil e vinte), impreterivelmente, dois representantes do Conselho Tutelar (um titular e
66 um suplente), para compor o CACS-FUNDEB no biênio 2020-2022, conforme Edital e
67 lista de documentos necessários para encaminhamento; Ofício nº
68 34/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil e vinte) - Assunto:
69 Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - Professores. Ofício enviado à Direção do
70 SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, referente à solicitação da
71 indicação de dois representantes dos Professores da Educação Básica Pública (um
72 titular e um suplente), até o dia 15/09/2020, além do encaminhamento dos respectivos
73 documentos listados no Ofício para composição do CACS-FUNDEB no biênio
74 2020-2022; Ofício nº 35/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil
75 e vinte) - Assunto: Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - Servidores Técnicos
76 Administrativos. Ofício enviado para à Direção do SEPE - Sindicato Estadual dos
77 Profissionais da Educação, referente à solicitação da indicação de dois representantes
78 dos servidores Técnicos Administrativos da Escola Básica Pública (um titular e um
79 suplente), até o dia 15/09/2020, além do encaminhamento dos respectivos
80 documentos listados no Ofício para composição do CACS-FUNDEB no biênio
81 2020-2022; Ofício nº 36/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil
82 e vinte) - Assunto: Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - UEDC. Ofício enviado
83 do CACS-FUNDEB para à Direção da UEDC (União dos Estudantes de Duque de
84 Caxias), referente à solicitação de que sejam indicados dois representantes dos
85 Estudantes da Educação Pública Secundarista (um titular e um suplente), até o dia
86 15/09/2020, além do encaminhamento dos respectivos documentos listados no Ofício
87 para composição do CACS-FUNDEB no biênio 2020-2022; Ofício nº
88 37/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil e vinte) - Assunto:
89 Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - Estudantes da Educação Básica Pública.
90 Ofício enviado do CACS-FUNDEB para à Ilma. Sra. Secretária de Educação, Profa.
91 Cláudia de Araújo Viana, referente à solicitação de que sejam indicados dois
92 representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública (um titular e um suplente),
93 até o dia 15/09/2020, além do encaminhamento dos respectivos documentos listados
94 no Ofício para composição do CACS-FUNDEB no biênio 2020-2022; Ofício nº

95 38/2020/FUNDEB/DC, de 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil e vinte) - Assunto:
96 Composição do CACS-FUNDEB 2020-2022 - Pais de Alunos da Educação Básica
97 Pública. Ofício enviado do CACS-FUNDEB para à Associação de Pais e Amigos da
98 Escola Pública de Duque de Caxias (APAEP), referente à solicitação de que sejam
99 indicados dois representantes do quadro de Pais de Alunos da Educação Básica
100 Pública (um titular e um suplente), até o dia 15/09/2020, além do encaminhamento dos
101 respectivos documentos listados no Ofício para composição do CACS-FUNDEB no
102 biênio 2020-2022; Ofício nº 39/2020/FUNDEB/DC, 06/08/2020 (seis de agosto de dois
103 mil e vinte) - Assunto: Prestação de Contas - 1º Semestre de 2020 - FUNDEB e PNATE.
104 Ofício enviado do CACS-FUNDEB para à Ilma. Sra. Secretária de Educação, Profa.
105 Cláudia de Araújo Viana , referente à solicitação de que o Departamento de
106 Planejamento, Controle e Finanças (DPCF) realize a apresentação das Prestações de
107 Contas do 1º Semestre de 2020, dos recursos oriundos do FUNDEB e do PNATE, na
108 Reunião Extraordinária agendada para o dia 13/08/2020, às 14 horas, por meio de
109 videoconferência; Ofício nº 40/2020/FUNDEB/DC, 06/08/2020 (seis de agosto de dois
110 mil e vinte) - Assunto: CONVITE - Reunião Extraordinária do CACS-FUNDEB. Ofício
111 enviado à Ilma. Sra. Secretária de Educação, Profa. Cláudia de Araújo Viana. Convite
112 para participação da Reunião Extraordinária agendada para o dia 13/08/2020, a ser
113 realizada por meio de videoconferência, onde serão debatidos assuntos referentes à
114 LOA-2021 e o QDD (Quadro Detalhamento de Despesas); - Ofício nº
115 41/2020/FUNDEB/DC, 06/08/2020 (seis de agosto de dois mil e vinte) - Assunto:
116 Solicitação (FAZ). Ofício enviado ao Exmo Sr. Prefeito Washington Reis de Oliveira,
117 com cópia para à Ilma. Sra. Secretária de Educação Profa. Cláudia de Araújo Viana e
118 para o Ilmo. Sr. Carlos Soutinho de Mello, Secretário Municipal de Fazenda e
119 Planejamento, referente à solicitação de que seja disponibilizada com a maior
120 brevidade possível, à LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2021. No ofício, foi informado o
121 endereço eletrônico do CACS-FUNDEB para envio do documento requerido; Ofício nº
122 1205/GS/SME/2020, de 11/08/2020 (onze de agosto de dois mil e vinte) - Assunto:
123 Encaminhamento. Ofício oriundo do Gabinete da Secretaria de Educação para o
124 CACS-FUNDEB, referente ao encaminhamento do Memorando nº
125 040/2020/DPCF/SME, com solicitação de alteração da data da reunião do dia
126 13/08/2020 para o dia 27/08/2020, às 14:00hs, devido à impossibilidade da
127 participação do Sr. João Melhem, por conta do mesmo se encontrar afastado com

128 COVID-19; Ofício nº 1220/GS/SME/2020, de 13/08/2020 (treze de agosto de dois mil e
129 vinte) - Assunto: Encaminhamento. Ofício enviado do Gabinete da Secretaria de
130 Educação para o CACS-FUNDEB, informando que a LOA (Lei Orçamentária Anual) do
131 ano de 2021 encontra-se em fase de elaboração e sem previsão de conclusão. Informa
132 também sobre a impossibilidade de participação do Diretor do DPCF que se encontra
133 afastado de suas funções laborais devido ao Covid-19, motivando a Secretaria de
134 Educação a pedir a SMFP, ampliação de prazo. Com os informes encerrados, a
135 Presidente Suzi Meri argumentou sobre a orientação apresentada pelo FNDE no
136 protocolo nº 4406293, aberto pela Secretaria Executiva, solicitando a resposta fosse
137 encaminhada com as devidas considerações às Instituições representadas no
138 Conselho. **III - PRESTAÇÃO DE CONTAS 1º SEMESTRE DE 2020 (FUNDEB e**
139 **PNATE) e IV - LOA-2021** - Em virtude do informe apresentado no Memorando nº
140 040/2020/DPCF/SME, encaminhado no Ofício nº 1205/GS/SME/2020, com referência
141 à impossibilidade da participação do Sr. João Melhem, diretor do DPCF, a Presidente
142 Suzi Meri informou que os itens 3 e 4 da pauta, referentes à Prestação de Contas 1º
143 Semestre de 2020 (FUNDEB e PNATE) e LOA-2021, respectivamente, não seriam
144 apresentados. Os Conselheiros Sidney Campos e Carlos Maurício fizeram referência à
145 questão de ordem, frente ao comentário de que estes itens não seriam abordados. O
146 Conselheiro Sidney Campos iniciou os debates fazendo uma leitura do Ofício nº
147 41/2020/FUNDEB/DC e informando que o documento apresenta erros na colocação do
148 texto, tendo citado também o Ofício nº 1220/GS/SME/2020, onde ratificou a redação
149 para a seguinte proposição: “solicitação de proposta da LOA-2021”. O Conselheiro
150 também apresentou a seguinte fala: *“ficamos cientes sobre a falta de pagamento de*
151 *funcionários, falta de materiais de limpeza, bem como a questão da retomada às aulas*
152 *agora e não está claro como será dada sequência, o que está priorizado para 2021,*
153 *considerando que esta previsão orçamentária para 2020 já está comprometida pela*
154 *questão da arrecadação, ou seja, já não vai ser a mesma. Mas cadê ela para que a*
155 *gente, de forma efetiva, faça um debate para que minimamente, com o governo,*
156 *possamos garantir o que é prioridade na Educação? É isso que tenho questionado e*
157 *não quero ser mal interpretado, não estou servidor da Educação porém, eu tenho um*
158 *compromisso com a Educação, bem como todos nós temos mas que, de forma efetiva,*
159 *nós precisamos nos debruçar sobre esta questão porque é vital para a nossa*
160 *Educação”*. O Conselheiro Carlos Maurício apresentou as seguintes considerações:

161 “Eu tenho um encaminhamento um pouco diferente: a negação da informação do
162 processo de elaboração da LOA prejudica o exercício deste Conselho, a execução e
163 atribuições dos Conselheiros. Em 2019 nós também tivemos um ofício enviado tanto à
164 Secretária quanto ao Secretário de Fazenda, versando sobre o mesmo assunto, do
165 qual não obtivemos resposta. Então eu gostaria de lembrar a todos que existe uma Lei
166 que regula a atividade e às competências deste Conselho e dos Conselheiros, que é a
167 Lei 11.494 de 2007 que, no seu §2º coloca às atribuições e competências gerais dos
168 Conselheiros. A lei diz assim: ‘supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da
169 proposta orçamentária anual no âmbito dos respectivos governos, com o objetivo de
170 concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados
171 estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos’. Nós
172 acompanhamos alguma vez, no exercício desse mandato, a elaboração da proposta
173 orçamentária anual da Secretaria de Educação? Eu acho que momento nenhum dessa
174 gestão nós tivemos acesso a esta informação. Então nós não acompanhamos e isso é
175 um prejuízo irremediável ao exercício pleno desse Conselho. Ele não está sendo
176 efetivo, não está cumprindo sua função. Ou seja, nós não estamos verificando se os
177 dados enviados pela Secretaria de Educação em relação ao censo escolar que
178 compõe a LOA e compõe a quota de financiamento do FUNDEB, ou seja, o FUNDEB é
179 calculado de acordo com o número de matrículas e modalidade das matrículas e a
180 proposta orçamentária, a LOA, a formulação dessa proposta nós também não estamos
181 acompanhando. Tendo em vista que o limite é dia 14/08/2020 e que nós solicitamos
182 essa informação na reunião do dia 06/08/2020 de forma emergencial, na semana
183 retrasada nós havíamos debatido de maneira informal quando a Presidente não pôde
184 participar, da necessidade de termos estes dados e nós tivemos uma série de
185 Conselheiros que foram contrários a que tivéssemos acesso aos dados, quando é uma
186 obrigação legal deste Conselho ter acesso aos dados. Eu gostaria que a secretaria
187 oficiasse tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Contas que nós não
188 conseguimos executar esta tarefa, que é uma tarefa obrigatória deste Conselho. Nem
189 ano passado, nem este ano. Ano passado nós também lançamos um ofício solicitando
190 estes dados da LOA e não obtivemos resposta. E este ano, novamente. Portanto, por
191 dois anos seguidos, durante o mandato, nós não conseguimos desempenhar as
192 funções plenas deste Conselho por falta do envio de informações do Executivo a este
193 Conselho”. A Conselheira Miriam de França comentou: “Sobre o que versa a lei,

194 *realmente nós temos uma prerrogativa estabelecida pela lei que nós precisamos*
195 *acompanhar, analisar e estruturar, mas, o próprio fato da Sra. Secretária ter apontado*
196 *para este Conselho os motivos, inclusive com a ampliação do prazo para que esta*
197 *estrutura proposta pela Secretaria, lembrando que a LOA é um documento macro, que*
198 *ela abraça o conjunto de instituições que fazem parte desta estrutura pública a qual*
199 *estamos atrelados. Então a propositura organizada pela Secretaria de Educação sobre,*
200 *obviamente por questões humanas, de uma forma mais próxima à sua data, é*
201 *solicitado pelo que se dá a entender no ofício, a ampliação de prazo que foi concedido.*
202 *Temos que entender que esse prazo para conclusão da LOA, lembrando que ela é*
203 *macro e obviamente na próxima semana que ela pontua é porque todas as respostas*
204 *às nossas ponderações estarão disponíveis. Esta estrutura ficou bem clara no ofício*
205 *enviado pela Secretária, onde foi informado que este documento será disponibilizado*
206 *para este Conselho. Pelo o que eu pude observar neste Ofício, em nenhum momento*
207 *há uma recusa deste processo, ao contrário, foi justificado. Eu coloco aqui a minha*
208 *posição de que devemos observar a chegada desta documentação no prazo proposto*
209 *pela Sra. Secretária no Ofício que, afinal de contas, quando ela encaminha um Ofício*
210 *do Gabinete ela assume toda a responsabilidade do cumprimento ou não daquele*
211 *Ofício para que possamos esperar e analisar esta documentação. Como podemos*
212 *observar, o prazo foi ampliado. Ela solicita para que possamos fazer a análise na*
213 *proxima semana e diz que a LOA não tem um prazo de conclusão por ser um*
214 *documento macro do Município e depender da resposta das demais Secretarias.*
215 *Partindo desse princípio, não há concordância da minha parte no que diz respeito à*
216 *colocação, neste momento, onde ainda estamos aguardando esta documentação, para*
217 *inserirmos no processo de discussão outros organismos externos à este Conselho*
218 *como o Ministério Público ou qualquer outro organismo”. Após breve comentário da*
219 *Conselheira Giselle Irene sobre o “prevalecimento do bom senso para se chegar ao*
220 *consenso” e resposta do Conselheiro Sidney Campos com a fala “estou gostando*
221 *muito de ver você assim hoje, tranquila, como eu te conheço”, o referido Conselheiro*
222 *apresentou resposta à fala da Conselheira Miriam de França com a seguinte*
223 *argumentação: “a questão é prazo, existe um prazo que é estabelecido pela Fazenda e*
224 *não está claro que vamos ter este prazo. Eu entendo a complexidade da questão do*
225 *orçamento e reforço a questão dos prazos. Mas o que eu quero de antemão aqui é*
226 *propor: retificar este Ofício que foi enviado e a outra é reforçar, através de uma*

227 *solicitação à Fazenda, esse Ofício da Sra. Secretária bem como solicitar qual é o prazo*
228 *final estipulado pela Fazenda”. A Conselheira Giselle Irene apresentou suas*
229 *considerações, corroborando a ideia apresentada pela Conselheira Miriam de França,*
230 *também se solidarizando com a atual situação de saúde do Sr. João Melhem,*
231 *comentando a sempre disponibilidade e participações do mesmo nas reuniões do*
232 *CACS-FUNDEB e que nunca se opôs, na representação do DPCF, em apresentar os*
233 *dados solicitados, embasando-se na justificativa apresentada pela Sra. Secretária de*
234 *Educação. Apresentou também não concordar com a proposição de encaminhamentos*
235 *ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, justificando que houve um*
236 *compromisso quando a Secretária enviou um Ofício e que, os Conselheiros, precisam*
237 *repensar sobre este encaminhamento. Encerrou afirmando que não assinaria nada*
238 *referente a estes encaminhamentos propostos e que os Conselheiros deveriam*
239 *dialogar e debater, mas, sem radicalismo. A Presidente Suzi Meri apresentou os*
240 *seguintes esclarecimentos: “a nossa solidariedade ao Sr. João Melhem é imensa*
241 *porque essa doença traz risco de vida e isso não está sendo colocado em questão em*
242 *nenhum momento. Nós entendemos que a Secretaria de Educação tem uma demanda*
243 *que, mesmo tendo um funcionário doente, existem outras pessoas para tentar dar*
244 *continuidade ao serviço porque o Município necessita. Qualquer um de nós que*
245 *estamos aqui podemos ser acometidos por uma situação que nos leve até a óbito,*
246 *qualquer um de nós. Mas eu acredito que o trabalho precisa continuar. A questão da*
247 *LOA, em todo o momento foi dito aqui, que não necessitaria da presença do João.*
248 *Bastava disponibilizar o documento para este Conselho. Nós não precisaríamos do*
249 *João para nos apresentar à LOA. A solicitação que foi feita ao João era para que fosse*
250 *feita a apresentação da prestação de contas, prestação esta que ainda nem está*
251 *aberta na plataforma digital para validação. Para esta prestação, estamos com prazo e*
252 *dá para aguardar tranquilamente. O que estamos falando aqui é disponibilizar o*
253 *documento, seja ele prévio ou não, da LOA. Porque quando falamos LOA-2021*
254 *subentende-se que pela data em que nós estamos, que só poderia ser o documento*
255 *prévio, porque ainda não passou por uma publicação já que não passou ainda por*
256 *todos os trâmites. Não é apenas uma questão de interpretação de texto porque se fala*
257 *2021, obviamente ainda estamos em 2020 e ela ainda não está na data dentro do*
258 *cronograma que até o Conselheiro Robson nos apresentou. Com isso, sabemos que a*
259 *LOA ainda não está pronta. É isso que estamos aqui questionando: a disponibilidade e*

260 *apresentação da informação*". Em resposta, a Conselheira Giselle Irene reiterou: "sim,
261 *somente para fins de esclarecimento, eu não quis de forma alguma justificar porque*
262 *como bem você falou o trabalho continua, independente disso. Sabemos que não*
263 *houve paralisação no trabalho até porque a SME continua funcionando. Com relação à*
264 *questão do prazo, já que este prazo foi dilatado pela Secretaria de Fazenda para a*
265 *Secretaria de Educação porque foi encaminhado ao setor financeiro ontem, e a*
266 *Secretária justificou dizendo que ela vai encaminhar até porque foi dado este prazo até*
267 *semana que vem pela Secretaria de Fazenda, eu acredito que não caiba ao Conselho*
268 *do CACS-FUNDEB fazer nenhum encaminhamento aos órgãos externos enquanto não*
269 *tivermos acesso a este documento*". A Conselheira Alcinéia Maria apresentou suas
270 considerações reiterando à fala da Conselheira Giselle Irene e afirmando sua
271 preocupação e solidariedade ao Sr. João Melhem e também ao Secretário Executivo,
272 Jocimar Santos, em razão de enfermidade em sua família, destacando a possível
273 dificuldade na questão emocional frente ao problema enfrentado pelo mesmo para
274 estar articulando a atual reunião. Em resposta, a Presidente Suzi Meri informou que
275 antes de se posicionar no grupo de mensagens do CACS-FUNDEB sobre as
276 discussões que já estavam ocorrendo anteriores à atual reunião, entrou em contato
277 com o Secretário Executivo para saber de suas reais condições emocionais neste dia.
278 Neste contato foi procurado saber como ele estava e se haveria condições de
279 participação da presente reunião. Informou estar segura de que não houve nenhuma
280 desumanidade em estar seguindo com a reunião em função de haver se preocupado
281 antes com a saúde emocional do Secretário Executivo, para este encontro. Em
282 seguida, a Conselheira Solange Noronha apresentou as seguintes considerações:
283 "gostaria de pontuar que os membros deste Conselho tem trabalhado incansavelmente
284 para defender os interesses da Municipalidade. Em momento nenhum eu percebi uma
285 atuação diferente desse encaminhamento. Um segundo ponto a destacar: nós somos
286 um coletivo, um colegiado. Uma decisão individual não pode se sobrepor à decisão do
287 coletivo. E o terceiro ponto a destacar: foi encaminhado o Ofício nº 1220/GS/SME/2020
288 de 13/08/2020, que é um documento assinado que atesta a dilação de prazo
289 concedida pela Secretaria Municipal de Fazenda para que possa entregar a
290 documentação que está em pauta agora na discussão. Se foi concedida dilação de
291 prazo e se o Gabinete da Secretária se compromete em apresentar toda a
292 documentação requerida neste momento, eu não vejo porque fazer este tipo de

293 denúncia. Essa é a minha opinião”. A seguir, o Conselheiro Carlos Maurício solicitou
294 que o referido ofício fosse apresentado novamente em tela, mencionando estar com
295 problema de interpretação, por não entender uma dilação do prazo na execução da
296 LOA e que se estaria falando algo diferente do que estaria registrado no ofício. Após a
297 reexibição do Ofício nº 1220/GS/SME/2020 em tela, o Conselheiro Carlos Maurício
298 expôs o seguinte comentário: “acho que está se falando uma coisa e no ofício está
299 escrito outra porque o que a Secretária diz é a dilação de prazo para ela apresentar os
300 dados e não para que o CACS-FUNDEB interfira na LOA. Não há essa afirmativa no
301 ofício. Eu gostaria que as pessoas lessem e que por favor me dissessem onde está a
302 afirmativa de que a Secretaria de Planejamento e de Economia do Município vai dilatar
303 o prazo para que possamos interferir na LOA, que o calendário não está valendo para
304 o dia 14/08/2020. Eu entendo o problema da doença desse ano, acho que ele tem que
305 ser relevado, tem que ser pautado mas temos que resgatar a história que, no ano
306 passado, foi a mesma coisa. Nós temos ofícios pedindo a mesma informação às
307 mesmas autoridades e que não foram respondidos. E ano passado, nós não tínhamos
308 COVID. E nós também não conseguimos interferir no processo de lei orçamentária.
309 Portanto, há uma continuidade no processo de negação da informação. Não há um
310 fato esporádico provocado pela doença nesse momento. E ninguém está pedindo para
311 condenar ninguém. Eu estou solicitando para que o Conselho encaminhe que houve
312 um pedido de informação e que esta informação não chegou ao Conselho. Ou alguém
313 vai dizer que isso não aconteceu? Nós solicitamos a informação e nenhum dos entes
314 respondeu. O Sr. João Mehem é apenas um funcionário, ele não tem que apresentar a
315 LOA ao Conselho. A LOA tem que chegar para o Conselho, normalmente. Eu entendo
316 que ele esteja doente, entendo que a Secretaria de Educação poderia dizer que não
317 tem condições porque só tem um funcionário que responde por todo o orçamento, por
318 todas as contas desta secretaria, o que não é verdade. E a Secretaria de Governo? E o
319 Governo? E a Secretaria de Finanças? Eles também não conseguem enviar a LOA,
320 que é um documento digital, uma proposta orçamentária que é digital? Por favor
321 pessoal, nós temos que ter um acordo republicano de convivência e de cumprimento
322 da lei. Nós estamos defendendo aqui o descumprimento da lei e isso é muito ruim. Nós
323 não podemos mascarar o descumprimento da lei e é isso que aconteceu. Nós temos
324 que pontuar que houve o descumprimento da legislação e não é desse ano, é
325 continuado, é uma prática. E essa prática tem que ser apontada. Nós temos ofícios de

326 2019 em aberto, onde nós solicitamos as mesmas informações, o mesmo assunto e
327 não foram entregues a esse Conselho e não havia pandemia, não tinha o João doente.
328 E esse ano, de novo? Me parece o absurdo do absurdo. Nós vamos terminar a gestão
329 de dois anos deste Conselho e não vamos conseguir nos debruçar sobre às funções
330 dele porque o Executivo não fornece uma estrutura mínima, que é informação, para
331 que possamos executar a nossa função. Então, eu gostaria de pontuar isso: que há
332 uma ilegalidade, ela é contínua. Se nós resgatarmos as pautas de 2019 e os ofícios
333 emitidos, veremos que pedimos as mesmas informações para as mesmas autoridades
334 e elas não foram enviadas a este Conselho. E não havia pandemia de COVID.
335 Portanto, é uma prática continuada de negação à informação. É isso que nós temos
336 que pontuar e informar ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas senão, este
337 Conselho não estará cumprindo com a sua função. E o funcionário público quando vê a
338 não execução de uma legislação, não pode se omitir. Isso é um crime chamado
339 prevaricação e isso não pode ocorrer. Então eu estou pontuando isso ao Conselho
340 para que fique registrado na pauta, mesmo sendo voto vencido porque é evidente que
341 o Executivo tem maioria do Conselho, mas, deixo aqui esse voto e minha fala
342 registrada na ata que há um comportamento de prevaricação. Eu estou apontando
343 uma ilegalidade e as pessoas não querem encaminhar essa ilegalidade”. O
344 Conselheiro Robson Carvalho argumentou: “Eu me solidarizo com a preocupação do
345 Maurício, tenho LOA’s antigas desde 2014 para questão de pesquisa, de estudo e
346 entendo que este é um assunto muito importante. Mas eu discordo desta questão
347 apresentada pelo Conselheiro Carlos Maurício de que exista uma prevaricação, de que
348 exista uma ilegalidade, um crime. Parece que o Conselheiro está imputando a todos
349 que propõe algo diferente de estarem acobertando uma ilegalidade. Eu sei que
350 pertencço à representatividade dos Diretores e uma indicação do Executivo, mas,
351 quando estou aqui, presencialmente ou virtualmente, a minha responsabilidade é
352 maior do que isso. Mas é o meu CPF, meu aluno que está na escola, o responsável de
353 cada aluno, então, na minha concepção, o meu CPF e minha consciência são mais
354 caros do que qualquer coisa. Então, discordo e acho muito complicada essa sua fala a
355 todos nós, a qualquer opinião que não seja nesse ponto a sua, como se nós
356 estivessemos acobertando uma ilegalidade. Nesse ponto, eu acho o seguinte: a minha
357 intenção é ter acesso à LOA para poder discutir assuntos pertinentes a ela sim, ter
358 acesso à informação do que é ou não é prioridade. O objetivo maior para mim não é

359 apontar X ou Y como responsáveis disto ou daquilo. Encaminhar ao Ministério Público
360 ou ao Tribunal de Contas uma denúncia de que existe uma ilegalidade ou não, surtirá
361 qual efeito lá na ponta, para o meu aluno, por exemplo? Acho que termos acesso à
362 esta informação e podermos analisá-la surtirá sim um efeito maior lá na ponta que é
363 nossa principal preocupação. Então, acho que a proposta do Conselheiro Sidney é
364 muito plausível. Com certeza existem prazos e a própria Secretária está deixando claro
365 no ofício que este prazo não será cumprido, também não havendo uma clareza sobre
366 qual será este prazo. Eu concordo com a proposta do Conselheiro Sidney de esmiuçar
367 este ofício solicitando o prazo para que tenhamos acesso a isso antes que seja
368 enviado para votação, para que o Conselho possa exercer a sua função e não ter
369 nenhuma ilegalidade nisso. Eu vejo ilegalidade se nós nos omitirmos agora, não
370 pedirmos este prazo, a lei for votada e nós ficarmos quietos. Acredito que nós estamos
371 fazendo uma movimentação que é uma atribuição do Conselho. A Secretária nos
372 respondeu, não era o que gostaríamos, não estamos com a proposta da LOA em mãos
373 mas, acho que como já foi dito, deveríamos esmiuçar estes ofícios, pedir para que
374 fosse informado um prazo determinado e se isso não fosse contemplado, aí sim a fala
375 do Conselheiro Carlos Maurício poderia retornar a pauta para verificação dos
376 encaminhamentos frente a esta questão. Mas, hoje, eu estou de acordo com a
377 proposta do Conselheiro Sidney”. Corroborando o que foi dito pelo Conselheiro
378 Robson Carvalho, as Conselheiras Giselle Irene e Solange Noronha disseram estar
379 contempladas, concordando em tudo o que foi dito e afirmando ter ocorrido uma
380 “acusação gravíssima” proferida pelo Conselheiro Carlos Maurício em seu comentário.
381 Em seguida, a Conselheira Maria da Glória apresentou o seguinte comentário: “acho
382 muito desgastante tudo isso o que fazemos por questões desnecessárias. Basta seguir
383 a legislação e não seriam necessárias acusações. Qualquer coisa que a sociedade
384 civil fala aqui nesse espaço, os governamentais entendem como ofensa. E na
385 realidade, eu não vejo como ofensa, eu vejo como o dever, o papel que nos foi dado.
386 Se estamos Conselheiros devemos zelar pela legislação e pela transparência e eu não
387 vou abrir mão disso. Por um outro lado, acho que será mais uma conversa da
388 sociedade civil porque, nós não precisamos da aprovação de A, B ou C para enviar
389 aquilo que achamos que nos prejudica porque, sabemos que no Conselho, a maioria é
390 governo e sabemos que nossa decisão não vai passar no voto. Então, se nós,
391 sociedade civil, nos acharmos prejudicados e que não está a contento, nós devemos

392 *comunicar o FNDE de que a lei não está sendo cumprida. Isso, a sociedade civil pode*
393 *fazer sem problema nenhum porque já vimos que não há um consenso e é claro que o*
394 *governo não irá produzir provas contra si mesmo, lógico, porque ninguém é doido a*
395 *esse respeito. A legislação tem que ser cumprida, os documentos devem ser enviados*
396 *para o Conselho para que as normativas sejam cumpridas, nós estamos aqui para*
397 *fiscalizar e acompanhar e para isso, precisamos ter os instrumentos. Peço que*
398 *fraternalmente as pessoas se desarmem e procurem ver a legislação e qual é a função*
399 *do Conselho”. A seguir, a Conselheira Miriam de França apresentou suas*
400 *considerações: “gostaria de fazer uma ponderação, em primeiro lugar, sobre a escrita*
401 *da Conselheira Fernanda no chat da reunião. Concordo plenamente com você de que*
402 *precisamos de uma data para que este documento chegue às nossas mãos e que*
403 *possamos fazer uma discussão, dirimindo nossas dúvidas da organização deste*
404 *documento, visto que ele é amplo e que visa todas as modalidades e capilaridades*
405 *dentro da Educação. Precisamos fazer uma leitura e concordo plenamente com você.*
406 *A minha fala sempre foi, corroborando desde o início, de que nós precisamos receber*
407 *esta documentação. Ao Conselheiro Carlos Maurício, eu gostaria de colocar pra você*
408 *que a sua fala chega aos meus ouvidos pontuando uma ilegalidade no trato que*
409 *funcionários públicos membros deste Conselho possam estar apontando uma questão*
410 *da ilegalidade. Para mim, nos meus quase trinta anos de magistério, eu não*
411 *compactuo com ilegalidade. O meu CPF, assim como o Conselheiro Robson colocou,*
412 *está atrelado e sempre faço a seguinte ponderação: eu não posso chegar aos setenta*
413 *anos com o Tribunal de Contas do Estado atrás de mim ou qualquer outro órgão*
414 *fiscalizador atrás de mim para responder alguma coisa. Gostaria que ficasse registrado*
415 *essa minha indignação no que tange à escuta que eu fiz de sua fala. Nós nos*
416 *conhecemos de outros espaços, do cotidiano da educação de jovens e adultos.*
417 *Obviamente você também tem conhecimento dos colegas que estão aqui e sabe muito*
418 *bem que nós não compactuamos com ilegalidade. Na minha vida nunca precisei fazer*
419 *isso, já fui diretora eleita de escola estadual e nunca compactuei com nenhum tipo de*
420 *ilegalidade. Tudo o que eu pondero eu levo em consideração a questão dos meus*
421 *educandos, sempre fazendo a tudo com muita celeridade e uma seriedade muito*
422 *grande. A Conselheira Maria da Glória, eu também acho que precisamos evitar o*
423 *desgaste aqui entre seres humanos, precisamos entender que existe vida após*
424 *CACS-FUNDEB e que precisamos estar irmanados não no sentido que tenhamos que*

425 *caminhar passo a passo na mesma forma de pensar porque até irmãos, mesmo*
426 *gêmeos, pensam diferente. Precisamos ter um respeito muito grande e concordo*
427 *quando se fala que devemos evitar o desgaste. Mas, o ofício pontuado pela Sra.*
428 *Secretária, ela deixa bem claro que irá disponibilizar toda esta documentação. Não se*
429 *está pontuando aqui transferir esta estrutura para primeiro de janeiro de dois mil e vinte*
430 *e um. Ao contrário, estamos colocando aqui que esperemos pelo compromisso da Sra.*
431 *Secretária, que firmou ali um compromisso. E nós precisamos sim, assim como foi*
432 *colocado pelo Conselheiro Sidney, retificar o Ofício nº 41/2020/FUNDEB/DC onde se*
433 *pede a LOA Orçamentária de 2021. Precisamos transformar este ofício em solicitação*
434 *da proposta orçamentária que será encaminhada à Fazenda para 2021 no escopo das*
435 *ações da Secretaria de Educação. Acho que precisamos, pegando tudo isso que foi*
436 *falado, estar irmanados de uma questão principalmente a esse respeito. E de forma*
437 *nenhuma foi colocado aqui que os dados seriam negados”. A Presidente Suzi Meri fez*
438 *considerações sobre as reinscrições e solicitou objetividade nas falas, a fim de se*
439 *evitar repetições e mais desgastes no debate. Em seguida, passou a palavra para a*
440 *Conselheira Solange Noronha que argumentou: “acho que qualquer um de nós poderia*
441 *ter sido acusado de prevaricação se tivéssemos nos negado a analisar quaisquer*
442 *documentos e isso não aconteceu. Nós estamos aqui, hoje, dia treze de agosto de dois*
443 *mil e vinte, à disposição para o que estava proposto em pauta. Infelizmente, por algum*
444 *motivo, não pode ser concluído. Então volto a dizer que essa acusação é gravíssima! E*
445 *como sugestão, eu acompanho a propositura do Conselheiro Sidney de que seja feito*
446 *um redimensionamento da redação do ofício”. O Conselheiro Sidney Campos*
447 *apresentou considerações: “além da reformulação do Ofício nº 41/2020/FUNDEB/DC,*
448 *que também seja elaborado um ofício para a Secretaria de Fazenda para que ela*
449 *estabeleça o prazo final, de forma que o Conselho consiga uma saída honrosa para*
450 *essa questão, porque eu penso que seja muito importante para todos nessa conjuntura,*
451 *debater esta escala de prioridades”. A Conselheira Miriam de França corroborou à fala*
452 *do Conselheiro Sidney Campos no tocante à formulação de um ofício com envio à*
453 *Secretaria de Fazenda para verificação do prazo. A Presidente Suzi Meri comentou*
454 *sobre a aceitação dos que verbalizaram referente às propostas feitas pelo Conselheiro*
455 *Sidney Campos sobre os ofícios e solicitou que o mesmo reformulasse o conteúdo*
456 *para apresentação da redação. Os Conselheiros Carlos Maurício, Sidney Campos,*
457 *Miriam de França e Giselle Irene apresentaram suas considerações para reformulação*

458 do Ofício nº 41/2020/FUNDEB/DC, pontuando que o mesmo solicitasse a Proposta
459 Orçamentária Anual referente à Educação. O Secretário Executivo sinalizou: “a
460 *redação deste Ofício nº 41 foi debatida na reunião anterior e realmente foi solicitada a*
461 *LOA. A retificação que está sendo proposta de ser incluída, proposta orçamentária*
462 *anual 2020 tem que ser encaminhada à entidade executora, no caso, a Secretaria*
463 *Municipal de Educação, porque a proposta orçamentária anual da Educação, o*
464 *Prefeito não terá como elaborar nem o Secretário de Fazenda. Então, precisaremos ter*
465 *esse entendimento: no próximo Ofício, que será o de nº 42, será solicitada à proposta*
466 *orçamentária anual e encaminhado para a Sra. Secretária de Educação. O que o*
467 *Conselheiro Sidney também propôs é que enviássemos um Ofício à Secretaria*
468 *Municipal de Fazenda e Planejamento solicitando o prazo final. Então, teremos dois*
469 *ofícios distintos - um ofício para a Sra. Secretária de Educação solicitando a proposta*
470 *orçamentária anual e outro ofício para a Secretaria Municipal de Fazenda e*
471 *Planejamento solicitando esclarecimentos sobre os prazos, considerando o Ofício de*
472 *dilação de prazo apresentado pela Sra. Secretária de Educação. Respectivamente,*
473 *ofícios distintos nº 42 e 43 para secretarias distintas”.* Os conselheiros concordaram
474 com a proposição do Secretário Executivo. **V - PENDÊNCIAS** – A Presidente Suzi Meri
475 iniciou o ponto de pauta reiterando sobre a marcação de uma data para a leitura das
476 atas de 2020. A Conselheira Giselle Irene apresentou dúvidas sobre a leitura e
477 atualização do Regimento Interno para a próxima reunião do dia 20/08/2020. O
478 Secretário Executivo prestou os devidos esclarecimentos sobre o formato do arquivo
479 referente ao regimento que será enviado aos Conselheiros já com os devidos
480 destaques nos textos. Mencionou também o encaminhamento da Lei 2325/2010 e a
481 11494/2007. O Conselheiro Carlos Maurício questionou: “*a próxima reunião do dia*
482 *20/08/2020 não terá na sua pauta contemplada a ata de discussão da LOA? Se a*
483 *informação nos for prestada, nós temos um limite para discutir sobre a LOA”.* A
484 Presidente Suzi Meri apresentou a sugestão de que, caso a documentação venha ser
485 disponibilizada, que o debate sobre o Regimento Interno seja adiado a fim de que o
486 Conselho possa se debruçar sobre o tema da LOA. O Conselheiro Carlos Maurício
487 propôs que na reunião do dia 20/08/2020, fossem colocados os dois pontos de pauta:
488 LOA e Regimento Interno, onde, na falta da apresentação da LOA, fosse discutido o
489 Regimento Interno. A Presidente Suzi Meri afirmou ao Conselheiro que o Regimento
490 Interno deve ser discutido em pauta única conforme previsto em lei. O Conselheiro

491 Carlos Maurício sinalizou: *“se não tiver a LOA, acho que devemos encaminhar as*
492 *decisões do que iremos fazer porque já demos o tempo do tempo do tempo. Temos*
493 *que tomar uma decisão que está sendo adiada desde 2019 e colocar um prazo de*
494 *limite. A LOA não foi apresentada, então vamos encaminhar as soluções e decisões”*. A
495 Presidente Suzi Meri reitorou que o ofício será enviado e que deverá ser aguardada a
496 devida resposta e afirmando que se até a próxima reunião não for apresentado algum
497 retorno, a situação será trazida à discussão novamente. A Conselheira Giselle Irene
498 comentou: *“As vezes há acusações aqui que muito nos incomodam, que levam a uma*
499 *falta de respeito. Eu me sinto desrespeitada e eu já falei isso ao Conselheiro Carlos*
500 *Maurício em uma das reuniões, pela forma como ele faz as suas colocações. Ele está*
501 *falando com pessoas que tem uma história neste Município. Nós temos muitos anos,*
502 *para se perder em compactuar com situações ilícitas. E nós temos mantido o nosso*
503 *compromisso com o Conselho. Sempre nos dispomos a ajudar. É constrangedor*
504 *termos que passar por determinadas situações. Eu lamento profundamente isso, ser*
505 *acusada de prevaricação e ainda dizer que estou aqui em defesa dos meus interesses*
506 *pessoais, porque esse foi o significado que a Conselheira Maria da Glória digitou no*
507 *chat da reunião. É lamentável e eu não poderia deixar de manifestar quanto a isso”*. A
508 Conselheira Alcinéia Maria mencionou: *“me sinto angustiada com o tom que as*
509 *reuniões do CACS-FUNDEB vem tomando. Nós, servidores, estamos cansados de*
510 *sermos acusados de forma vergonhosa de prevaricação, de ilegalidade. Nunca houve*
511 *clima como este no Conselho e, este desrespeito me dói muito. Todos aqui conhecem*
512 *suas condutas, participamos nos Conselhos há muitos anos, mas, hoje, estamos nos*
513 *sentindo humilhados porque falar de um servidor público dessa forma, que ele está*
514 *colaborando com a ilegalidade, me entristece muito. E essa acusação, como é que fica?*
515 *Somos todos servidores e a forma como o Conselheiro Carlos Maurício se colocou nos*
516 *feriu muito. E peço que isso conste em ata e peço que seja feita uma retratação”*. A
517 Presidente Suzi Meri fez sérias colocações sobre tudo o que foi exposto pelos
518 Conselheiros, afirmando que o grupo não pode ter lados opostos e que deve ser
519 considerada uma identidade coletiva, sem levar nada para o lado pessoal. O
520 Conselheiro Carlos Maurício reiterou: *“a função dos Conselheiros do CACS-FUNDEB é*
521 *de fiscalização e acompanhamento da aplicação de verbas. Então, quando o Conselho*
522 *não recebe uma informação, os Conselheiros não conseguem acompanhar e cumprir*
523 *sua função. Nós temos ofícios e relatoria da ata de setembro de 2019 onde foram*

524 *solicitadas as mesmas informações para as mesmas autoridades e eles não enviaram.*
525 *Quer dizer, parece que estamos pedindo coisas absurdas. Ah meu Deus! Você é duro*
526 *no discurso, mas é claro, meu discurso é feito na luta, no chão da escola, no sindicato,*
527 *no movimento educacional, não é construído dentro do gabinete. É fácil fazer um*
528 *discurso comedido dentro do gabinete. Mas, eu não sou violento ou mal educado com*
529 *ninguém, sou extremamente educado e pauto a minha fala, pauto na legalidade”. Em*
530 *resposta, a Conselheira Giselle Irene reafirmou: “você está falando mais uma vez de*
531 *coisas que não procedem. Nós estamos na secretaria, mas nós somos da escola, nós*
532 *somos professoras, só isso. Nós não somos de gabinete”. O Conselheiro Carlos*
533 *Maurício pontuou: “é muito chato quando percebemos que algo está acontecendo e*
534 *isso descumpra a lei, há um crime quando o funcionário público percebe isso. Não*
535 *estou dizendo que aqui alguém prevaricou, estou dizendo que se ninguém tomar uma*
536 *atitude, iremos prevaricar, é isso que estou dizendo e reafirmo o que estou falando. Se*
537 *nós não recebermos informação e não fizermos nada como não fizemos em 2019, aí*
538 *sim estaremos cometendo um crime de prevaricação”. O Conselheiro Robson*
539 *Carvalho comentou: “o Conselheiro Carlos Maurício mudou um pouco o seu tom de*
540 *acusação agora no final, dizendo que se nós não fizermos, estaremos recorrendo a um*
541 *crime. De repente, você pode ter corrigido várias situações ditas anteriormente porque,*
542 *da maneira que foi apresentada, você estava dizendo e pedindo claramente,*
543 *enfaticamente, para registrar em ata que você, Conselheiro Carlos Maurício, estava*
544 *sinalizando uma ilegalidade e imputando aos Conselheiros que automaticamente*
545 *estariam cometendo tal ilegalidade e você, apontando o que nós estamos cometendo.*
546 *Não podemos ser ingênuos ao ponto de ‘vamos nos desarmar’ mas aí existe uma*
547 *acusação muito séria. A sua primeira fala foi extremamente infeliz nesse ponto assim*
548 *como a sua fala sobre ‘chão da escola’, de luta. Também é muito infeliz quando você*
549 *lida com várias pessoas aqui que estão ou estiveram no chão da escola por muito*
550 *tempo. Cuidado, nós somos parceiros de rede. Nós temos que cobrar, nós temos que*
551 *nos posicionar, nós temos que fazer isso e você sabe fazer isso mas na forma como*
552 *faz, acaba se perdendo. Hoje você nos acusou, sim. Você se colocou num patamar do*
553 *cara que age dentro da legalidade e os outros que pensam um pouco diferente de você,*
554 *como aqueles que estão colaborando com a ilegalidade. Precisamos apenas nos*
555 *desarmar, mas também precisamos de um escudo para nos proteger quando somos*
556 *acusados de alguma coisa, não podemos ser acusados assim de tantas coisas. Ou*

557 *param as acusações e vamos trabalhar no que precisa ser feito ou vamos continuar*
558 *fazendo isso e sinceramente, o Conselho não terá a menor necessidade. Que nós*
559 *possamos repensar e parar de colocar no chat da reunião que é prevaricação porque*
560 *foi o teor de toda a reunião e agora no final vai dizer que não é? Foi... Aconteceu. Não*
561 *basta apenas desarmar, temos que parar de acusar e readequar os discursos”. VI -*
562 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** - A Presidente Suzi Meri fez suas observações finais
563 retomando a ideia da identidade coletiva associada à inteligência emocional. Informou
564 que quem se sentir muito ofendido com as colocações feitas na reunião, pode tomar a
565 atitude legal que achar cabível. Pontuou que não pode acontecer de uma reunião se
566 distanciar do direcionamento de seus objetivos para discussões e ofensas entre seus
567 participantes. Solicitou empatia, sinalizando: “*que tentemos ouvir mais a fala do outro*
568 *sem as questões emocionais que nos ferem*” e agradecendo a participação de todos,
569 deu por encerrada a reunião. Não havendo mais considerações, eu, Jocimar Santos
570 Silva, Secretário Executivo do Conselho, lavrei a presente ata, 13/08/2020 (treze de
571 agosto de dois mil e vinte) que será lida, revisada e ratificada por todos os
572 Conselheiros em suas representações. Conselheiros titulares: Solange Noronha de
573 Souza (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC),
574 Miriam de França (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de
575 Educação/DC), Giselle Irene Lima Teixeira do Nascimento (representante do Conselho
576 Municipal de Educação/DC), Suzi Meri de Souza (representante do Sindicato dos
577 Professores de Duque de Caxias/SEPE-DC), Maria da Glória Ferreira dos Santos
578 (representante do segmento de Pais e/ou Responsáveis - APAEP), Sidney Campos
579 Neves (representante do Segmento de Pais e/ou Responsáveis dos Conselhos
580 Escolares Municipais e Associação - APAEP) e Carlos Maurício Franklin Lapa
581 (representante do Sindicato dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias -
582 SEPE); Conselheiros Suplentes: Éricka Simone Alves de Jesus Silva (representante do
583 Segmento de Pais e/ou Responsáveis dos Conselhos Escolares Municipais e
584 Associação - APAEP), Robson Rodrigues de Carvalho (representante dos Diretores
585 das Escolas Municipais de Duque de Caxias), Alcinéia Maria Elias de Oliveira
586 (representante do Poder Executivo da Secretaria Municipal de Educação/DC),
587 Fernanda da Silva Carvalho (representante do Sindicato dos Profissionais da
588 Educação de Duque de Caxias - SEPE) e Marivaldo Marques Soares (representante
589 do Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias).